

Informe

informe@ofluminense.com.br

Cheque: juro menor que no início do ano

As taxas médias de juros do cheque especial e do empréstimo pessoal terminaram 2019 menores que as do início do ano, de acordo com levantamento do Núcleo de Inteligência e Pesquisas da Escola de Proteção e Defesa do Consumidor da Fundação Procon de São Paulo. O levantamento envolveu seis instituições: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Safra e Santander. De acordo com a análise, a média dos juros para o cheque especial iniciou o ano em 13,44% ao mês e terminou em 12,57% ao mês, registrando variação negativa de 6,47%. O banco que apresentou a maior taxa média anual de cheque especial foi o Santander, com 14,94% ao mês; a menor taxa média anual foi a da Caixa, com 11,98% a.m.; diferença de 2,96 pontos percentuais, representando variação de 24,71%.

Black Friday: vendas de 9,9%

As vendas do comércio de rua e shopping centers cresceram 9,9% entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro, período da Black Friday, comparadas ao mesmo período do ano passado, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Atividade do Comércio.

Melhora prevista pelo varejo

Na semana que antecedeu a data, entre 19 a 25 de novembro, houve alta de 9,2% nas vendas. “O resultado reflete a melhora esperada pelo setor varejista e acompanhou o crescimento das duas últimas datas comemorativas do comércio [Dia dos Pais e Dia das Crianças]”, disse a Serasa.



Antonio Cruz/Agência Brasil

Michele e Jair Bolsonaro com Mourão e a mulher, Paula, em Brasília

Militares: ‘âncora do governo’

O presidente Jair Bolsonaro disse na terça (9) que as Forças Armadas são “a grande âncora de seu governo” e que o Brasil tem um governo que “valoriza a família, adora a Deus e reconhece o valor de seus militares”. Bolsonaro participou de um almoço com os oficiais-generais das Forças Armadas, no Clube Naval, em Brasília. Em seu discurso, destacou a aprovação no Congresso do projeto que reestrutura a carreira e modifica o sistema de Previdência dos militares, e disse que o texto será sancionado. O governo espera um superávit de R\$ 2,29 bilhões para os cofres da União até 2022 com a aprovação do projeto.

Sobe estimativa de inflação

As instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) aumentaram a estimativa para a inflação este ano, pela quinta vez consecutiva. A projeção para IPCA subiu de 3,52% para 3,84%, desta vez. A informação consta do boletim Focus, pesquisa semanal BC que traz as projeções para os principais indicadores econômicos. A alteração na estimativa para este ano veio depois da divulgação do IPCA de novembro, pelo IBGE. No mês passado, o IPCA ficou em 0,51%, maior taxa para o mês desde 2015 (1,01%), puxada pela alta de 8,09% nos preços da carne.

UFF premia pesquisadores

Nesta terça-feira, a partir das 10h, será realizada no auditório do Núcleo de Estudos em Biomassa e Gerenciamento de Águas (NAB) mais uma solenidade de premiações voltadas para a comunidade acadêmica da UFF. Promovido anualmente pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (Proppi), o Prêmio de Excelência visa valorizar pesquisadores, docentes e discentes que se destacaram por suas contribuições acadêmico-científicas. Nesta edição, o evento terá 26 agraciados, entre professores e alunos da instituição.

IR: 700 mil nas garras do leão

Um total de 700.221 contribuintes caíram na malha fina do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), divulgou a Receita Federal. Isso equivale a 2,13% das 32.931.145 declarações recebidas pelo Fisco neste ano. Caso não tenha aparecido no sétimo e último lote de restituições, cuja consulta foi aberta na segunda-feira (9), nem tenha sido contemplado nos lotes anteriores, o contribuinte teve a declaração retida pela Receita e deverá regularizar a situação. Somente com a retificação das informações e correção das pendências, o contribuinte que caiu na malha fina terá a restituição liberada. Neste ano, segundo o Fisco, 74,9% das declarações retidas têm imposto a restituir, 22,4% têm imposto a pagar e 2,7% têm saldo zero.

STF: candidatura avulsa pode ser votada no 1º semestre

Recurso originário do Rio pode acabar com necessidade de filiação partidária

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse nesta segunda (9) que vai liberar no primeiro semestre de 2020, para votação no plenário da Corte, o processo que pode resultar na liberação da candidatura avulsa, sem necessidade de filiação a um partido político.

Barroso presidiu nesta segunda, na sede do Supremo em Brasília, uma audiência pública para debater o assunto. O ministro é relator do recurso de duas pessoas que tentaram se candidatar a prefeito e vice do Rio de Janeiro em 2016, mas foram barrados pela Justiça Eleitoral por não terem partido.

O caso tem repercussão geral, e uma decisão do Supremo deverá afetar todos os processos em que pessoas sem filiação partidária almejem concorrer em eleições majoritárias ou proporcionais.

Barroso disse que o debate deve ser considerado em duas etapas: num primeiro momento é preciso entender se o Supremo tem caminhos para decidir sobre o assunto, ou se o tema caberia apenas ao Parlamento; superada essa parte, deve-se saber se é indispensável para o país a filiação partidária para fins de candidatura. “Se isso é bom e fortalece a democracia. Ou se isso significa uma reserva de mercado para partidos que, muitas vezes, não têm



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Ministro Luís Roberto Barroso presidiu, nesta segunda-feira, uma audiência pública para debater o tema

democracia interna”, disse o ministro.

Falas - No primeiro bloco, ao falar em nome da Câmara dos Deputados, a deputada Margarette Coelho (PP-PI) afirmou que a Constituição é clara ao exigir, no artigo 14, a filiação partidária para a elegibilidade, motivo pelo qual não haveria espaço para se debater o assunto fora do Congresso Nacional.

“O que se diz aqui é que já há uma opção clara pela vedação da candidatura avul-

sa, o constituinte originário foi claro em seus objetivos”, afirmou a deputada. “O que se pede é que esse debate seja transferido para a casa do povo, que seja debatida com o povo, para que seja uma escolha política”, defendeu a parlamentar.

A advogada Luciana Diniz Nepomuceno, presidente da Comissão de Estudos da Reforma Política da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também argumentou contra as candidaturas avulsas, afirmando que elas devem agra-

var a pulverização dos interesses políticos que já enfraquece a democracia brasileira.

Do outro lado, o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP) e a deputada estadual Janaina Paschoal (PSL-SP) defenderam as candidaturas avulsas. Eles criticaram sobretudo o que chamaram de oligarquias que controlam os partidos e argumentaram que a concorrência com candidatos sem partido pode forçar as próprias legendas a se aperfeiçoarem internamente. ■

Petrobras envia cartas de desculpas a empregados

A Petrobras enviou cerca de 2 mil cartas se desculpando com empregados que foram alvos de investigações internas nos últimos anos em que não foram constatadas irregularidades. Esses funcionários nunca haviam tomado conhecimento sobre o resultado das apurações.

“Essas pessoas foram investigadas e sequer tiveram direito de serem informadas sobre sua inocência ou que seus processos foram inconclusivos”, lamentou o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, durante a abertura da 6ª Semana Petrobras em Compliance. O evento, que ocorre até sexta (13), começou nesta segunda (9), Dia Internacional de Combate à Corrupção, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2003.

Ao longo da semana, a programação proporcionará espaços para a troca de experiências e informações entre autoridades, profissionais e especialistas sobre temas relacionados ao compliance, termo em inglês que designa os esforços para se garantir que empregados e dirigentes de uma instituição cumpram as regras estabelecidas e não se envolvam em desvios. Estarão em debate questões como cultura de integridade, gestão de crise, gerenciamento de riscos, novas tecnologias, entre outros.

O presidente da estatal disse ainda que 99,9% dos empregados da Petrobras são pessoas honestas e que, infelizmente, muitas delas sofreram discriminação por conta da atuação corrupta de uma minoria que colocou a empresa como alvo da Operação Lava Jato. Ele afirmou, no entanto, que está surtindo uma crise moral. Um dos indicativos dessa superação, segundo Castello Branco, é a decisão anunciada na semana passada pelo Fundo Soberano da Noruega, que retirou a Petrobras da lista de empresas sob observação. ■

Bolsa Família: calendário de pagamento do 13º é divulgado

Benefício será pago nas mesmas datas do cronograma regular

A Caixa Econômica divulgou nesta segunda (9) o calendário de pagamento do 13º do Bolsa Família. O benefício começará a ser depositado aos beneficiários nesta terça (10), e segue até o dia 23 deste mês. De acordo com o Ministério da Cidadania, a folha do último mês do ano somou 13.170.607 famílias, num valor total de R\$ 2.525.746.007,00. Com o pagamento extra, o valor da folha chega a R\$ 5.051.492.014,00, o maior repasse já realizado na história do Bolsa Família.

O abono natalino do programa permite que as famílias recebam o dobro do benefício do mês de dezembro. A ação de pagamento atende à Medida Provisória nº 898/2019, editada

pelo Governo Federal em outubro de 2019. Em dezembro de 2019, serão atendidas pelo Programa 13,1 milhões de famílias, em todos os 5.570 municípios brasileiros, totalizando R\$ 5 bilhões em pagamentos - R\$ 2,5 bilhões referentes à folha de pagamento mensal e R\$ 2,5 bilhões correspondentes ao 13º.

O benefício adicional será pago com a utilização do mesmo cartão, nas mesmas datas e canais por meio dos quais os beneficiários recebem normalmente as parcelas do Programa Bolsa Família. Para as famílias que recebem as parcelas mensais por meio de crédito em conta poupança ou conta Caixa Fácil, os valores correspondentes ao Abono Natalino serão creditados

nessas mesmas contas.

O calendário de pagamentos é de acordo com o final do Número de Inscrição Social (NIS) do responsável familiar apresentado no cartão do Programa Bolsa Família. As parcelas têm validade de 90 dias a partir da data de início de pagamento apresentada no cronograma.

O valor do benefício do Bolsa Família pode ser consultado por meio do aplicativo Caixa Bolsa Família, sendo que o valor do Abono Natalino será adicionado ao valor da parcela apresentada. A Caixa disponibiliza, ainda, atendimento às famílias por meio do telefone 0800-726-0207, para informações relacionadas ao Programa e demais benefícios ao cidadão. ■

Benefício fiscal para cerveja custou R\$ 2,8 bi em 4 anos

Desde 2015, fabricantes da bebida alcoólica pagam 6% de IPI, contra 15%

A desoneração da bebida alcoólica mais consumida no país está custando caro aos cofres públicos. Segundo estudo divulgado nesta segunda (9) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o governo brasileiro deixou de arrecadar R\$ 2,8 bilhões em quatro anos por causa do benefício fiscal concedido aos fabricantes de cervejas.

Em 2015, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado sobre a cerveja caiu de 15% para 6%. A alíquota é menor que a cobrada sobre produtos básicos, como bolacha e biscoitos (10%), xampus e desodorantes (7%) e tijolo (8%). Em contrapartida, outras bebidas alcoólicas,

como vinhos (10%) e destilados (de 25% a 30%), tiveram as alíquotas elevadas.

Como resultado da mudança de política, a participação das cervejas no IPI de bebidas alcoólicas caiu de 85% em 2014 para 61% em 2017, dois anos depois do novo modelo de tributação. Segundo o estudo, o IPI diferenciado impede a diversificação no mercado de bebidas alcoólicas. Atualmente, as cervejas concentram quase 90% do consumo do setor no país.

O estudo destaca que alguns produtores de cerveja obtêm benefício fiscal duplo, ao também se beneficiarem da fabricação de refrigerantes na Zona Franca de Manaus.

Empresas que compram insumos e material de embalagem de indústrias estabelecidas na Zona Franca podem abater a cobrança de IPI.

Grandes multinacionais que produzem os insumos básicos de seus produtos em Manaus vendem para engarrafadoras do mesmo grupo, ganhando duas vezes no processo de produção. Segundo o estudo, a prática pode ser definida como subsídio cruzado, que desonera produtos que podem ter impacto negativo sobre a sociedade, como as bebidas alcoólicas. Segundo o levantamento, a manutenção do modelo de tributação para a cerveja favorece a exclusão de concorrentes. ■